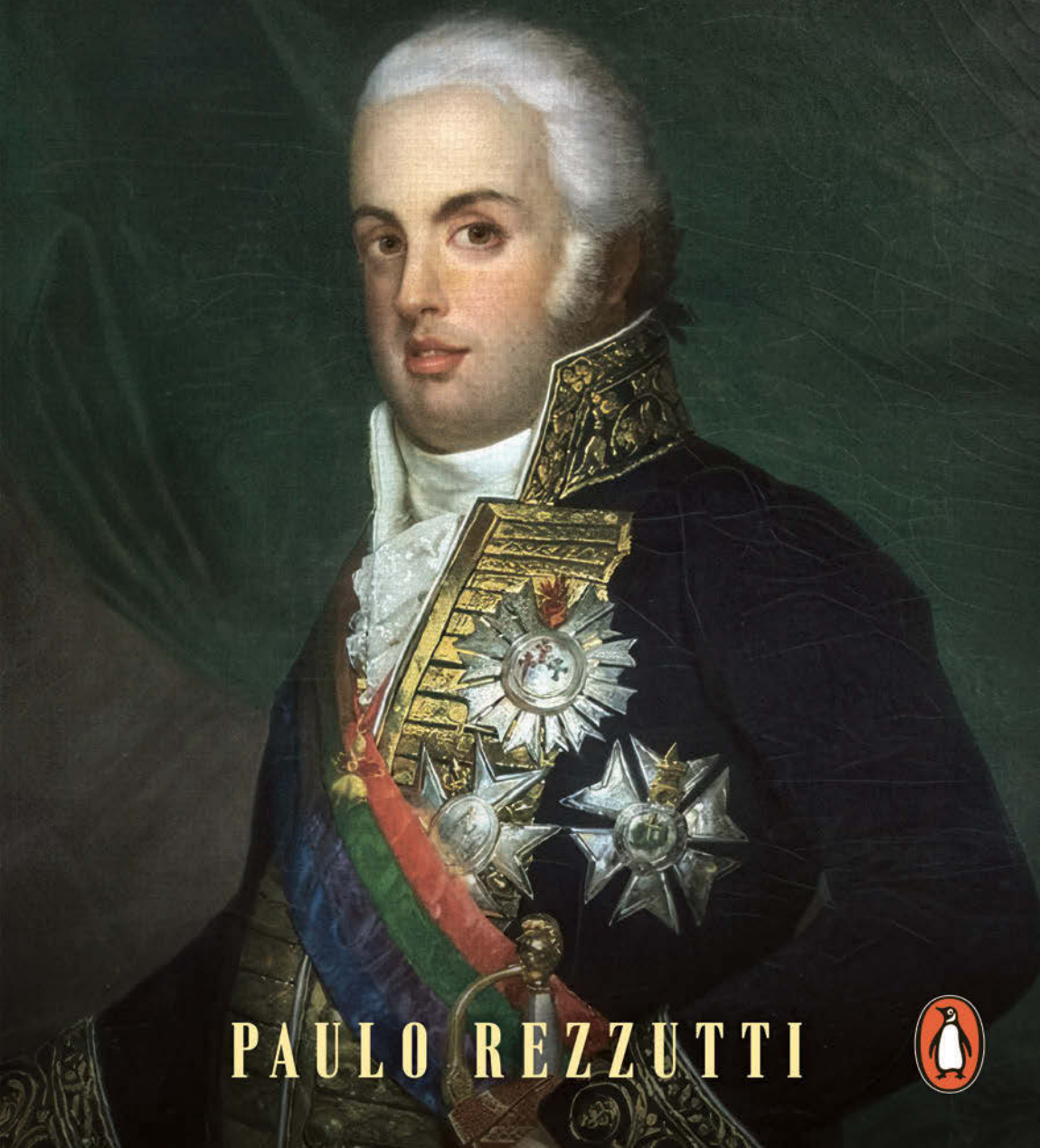


# D. JOÃO VI

A HISTÓRIA NÃO CONTADA



PAULO REZZUTTI



*Os pés de D. João VI fizeram mais pelo Brasil que as vinte mãos dos seus predecessores.*

ALBERTO RANGEL

*Aquela figura histórica tão deselegante e vulgar, de D. João VI, lançou todos os fundamentos essenciais do nosso destino.*

EUCLIDES DA CUNHA

*Se Inglaterra deseja engrandecer-se no outro hemisfério, deveria fazê-lo às custas de seus inimigos na América, e não de seus amigos na Europa.*

D. JOÃO VI A LORDE STRANGFORD, 1807

*Cidadãos, eu não desejo nem nunca desejei o poder absoluto, e hoje mesmo o rejeito. Os sentimentos do meu coração repugnam ao despotismo e à opressão; desejo, sim, a paz, a honra e a prosperidade da nação.*

D. JOÃO VI, 31 DE MAIO DE 1823

# ÍNDICE

---

<i>Prefácio</i> .....	9
<i>Introdução</i> .....	11
<i>Prólogo</i> .....	15

## **Parte I: Portugal (1767-1807)**

Um mundo em transformação .....	21
A juventude de D. João .....	34
Em nome da rainha .....	87
Príncipe regente .....	112
Adeus, Portugal .....	178

## **Parte II: Brasil (1808-1821)**

Chegada ao Brasil .....	199
A corte no Rio de Janeiro .....	210
Os ingleses e o Brasil .....	261
O Reino Unido .....	276
El-Rei .....	312
Revoluções .....	360

## **Parte III: Portugal (1821-1826)**

O velho país e a nova ordem .....	397
A independência do Brasil .....	421
Contrarrevolução e golpes .....	434
Imperador e rei .....	476

<i>Cronologia</i> .....	513
<i>Agradecimentos</i> .....	533
<i>Notas</i> .....	535
<i>Bibliografia</i> .....	549

## PREFÁCIO

---

A biografia é, no âmbito da historiografia, uma das formas mais desafiadoras e ricas de se abordar o passado. Quando se trata de uma personagem como D. João VI — tantas vezes ridicularizado pela caricatura popular e pela pena de historiadores ideologicamente comprometidos com determinadas narrativas —, o desafio torna-se ainda mais profundo. Em *D. João VI: a História Não Contada*, Paulo Rezzutti oferece ao leitor um exercício intelectual que alia rigor documental, espírito crítico e sensibilidade narrativa, lançando nova luz sobre a trajetória de um dos monarcas mais subestimados da História luso-brasileira.

Ao empreender uma reavaliação de D. João VI, Rezzutti confronta a tradição historiográfica que, desde o século XIX, sedimentou uma imagem grotesca do rei português. Influenciada por visões nacionalistas ou liberais — e muitas vezes tributária das fontes francesas pós-napoleónicas —, essa tradição fixou D. João como monarca fraco, pusilânime e anacrónico. O autor, porém, convida o leitor a transpor o véu da caricatura para redescobrir o homem por trás do mito: um soberano que, mesmo hesitante e conservador, revelou agudeza política, capacidade de adaptação e um espírito conciliador essencial à manutenção da dinastia de Bragança num mundo em transformação.

Este trabalho distingue-se pelo seu contributo metodológico. Rezzutti recorre a fontes primárias inéditas e a uma extensa bibliografia crítica, navegando com destreza entre arquivos portugueses e brasileiros. O seu método é o da micro-história aliada à análise estrutural, permitindo compreender não apenas os grandes eventos — a fuga da corte, a instalação da monarquia no Brasil, a independência —, mas também os gestos, hábitos e emoções que compunham a vida de D. João. O autor restabelece a complexidade do contexto geopolítico do período, evidenciando como o monarca luso foi uma peça relevante num xadrez que envolvia as revoluções atlânticas, o avanço do liberalismo e o declínio do absolutismo.

Acadêmicos atentos perceberão nesta obra uma contribuição valiosa para os estudos sobre a formação do Estado brasileiro e a transição do Antigo Regime para a modernidade constitucional. D. João VI, longe de ser um rei deslocado ou mero fugitivo, emerge como artífice de uma nova configuração imperial, cujo impacto perdurou muito além do seu tempo. A criação de instituições culturais e científicas, a abertura dos portos, a promoção da vacinação e a implantação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves são apresentadas aqui não como episódios isolados, mas como parte de uma estratégia pragmática de sobrevivência e reinvenção do poder monárquico.

Este livro é, pois, uma necessária revisão crítica que ultrapassa as simplificações didáticas ou as lendas escolares. Exige do leitor não apenas interesse, mas maturidade intelectual para compreender que os processos históricos são sempre mais ambíguos e contraditórios do que nos sugerem os maniqueísmos ideológicos. Com uma prosa fluente e rigor analítico, Paulo Rezzutti restitui a D. João VI a sua humanidade e complexidade, enriquecendo o campo da história política e cultural da lusofonia.

Que este volume inspire novos estudos, estimule debates e, sobretudo, desperte nos leitores o gosto pela história crítica — aquela que ilumina o passado para que melhor possamos compreender os desafios do presente.

José Alberto Ribeiro

*Diretor do Palácio Nacional da Ajuda*

## INTRODUÇÃO

---

«Foi o único que me enganou.» Esta sentença a respeito de D. João VI, atribuída a Napoleão Bonaparte, abre esta introdução porque, se não estivesse nesta obra, eu seria acusado de a ter esquecido. A frase que, segundo alguns, estaria no *Memorial de Santa Helena*, livro de memórias ditado pelo imperador dos franceses ao conde de Las Cases, na realidade não se encontra aí nem em lado algum. A atribuição surge, já no século XX, sem fonte, num artigo de Afonso Celso sobre D. João VI e o seu governo, publicado em 1903, e passa a ser repetida nas décadas seguintes, ganhando estatuto de verdade histórica, armadilha em que, confesso, caí inicialmente. Esse é apenas um dos diversos mitos criados ao redor de D. João VI. Mas o facto de não haver evidências de que a frase foi dita por Napoleão não significa que não expresse uma verdade.

Este livro tem um lado iconoclasta, bem longe de uma hagiografia, onde caem por terra algumas lendas, como a do plantio por D. João da primeira palmeira no Jardim Botânico do Rio de Janeiro ou, ainda, a da quantidade absurda de frangos que consumiria sozinho. Se hoje a História é cada vez mais banalizada em nome do risível, D. João, ainda no século XIX, foi um dos primeiros personagens do Brasil e de Portugal a transformar-se em caricatura.

A popularização dessa imagem jocosa do monarca, pintado com as piores cores possíveis, certamente encontra o seu auge na obra de Oliveira Martins *Portugal contemporâneo*, publicada em 1881. Nela, o autor carrega nos adjetivos pejorativos contra D. João, chamando-lhe «velhaco», «avarento», «grotesco», «indeciso» e «imbecil». Seria fácil seguir o fluxo e continuar a replicar a imagem de um soberano esquivo, pouco dado a hábitos de higiene, casado com uma mulher infiel que o levou a assumir filhos que não eram seus, numa *reprise* de estereótipos já consolidados. Porém, é justamente disso que esta biografia foge, ao dar a D. João o devido lugar na humanidade e aos leitores o contexto necessário para compreender o ambiente e o tempo em que o biografado esteve inserido.

Realmente, D. João estava longe de ser o mais belo, o mais decidido e o mais valente dos príncipes da sua época. Podia ser moroso a tomar decisões, mas soube, no meio de todos os receios e dúvidas, manter a sua coroa quando tantos monarcas a perderam, humilhados por Napoleão. Também conseguiu fazer diversas transições, como a do Antigo Regime para o constitucionalismo, passando por um governo moderado no final, adiando assim por anos uma guerra civil em Portugal. Esta acabou por eclodir após a sua morte, quando faltou no trono um elemento apaziguador, contemporizador e clemente, este último, epíteto com o qual entrou para a História.

Ao longo do tempo, outras obras tentaram recuperar uma imagem mais equilibrada de D. João. Entre diversos trabalhos que se tornaram referência, não podemos deixar de lembrar o de Oliveira Lima, principalmente *Dom João VI no Brasil*, lançado em 1908. Hoje um clássico da historiografia nacional, o estudo revolucionou a forma como a história desse período passou a ser contada, ao mesmo tempo que, de certa maneira, heroizou a figura do monarca. Em Portugal, uma das mais importantes contribuições para a vida de D. João é o trabalho monumental de Ângelo Pereira. O autor, em vários volumes, diseca, por meio de vasta documentação, a vida, as ações e o entorno do rei. Porém, como todos os volumes são amparados quase exclusivamente pelo arquivo documental do próprio autor ou pelas suas referências, há diversas lacunas na tentativa de contar a vida do monarca. Quem muito contribuiu, no início do século XXI, para fechar essas e outras brechas, possibilitando um olhar mais íntimo para dentro da corte de D. Maria I e D. João VI, foi a historiadora Alice Lázaro, que se debruçou sobre diversas documentações de cunho privado em Espanha e em Portugal. Outra obra que também não deve ser esquecida é a de Jorge Pedreira e Fernando Dorcas Costa, publicada no Brasil com o nome de *D. João VI: um príncipe entre dois continentes*, que se vale da vida do monarca como fio condutor para apresentar aos leitores os grandes processos históricos do período em que o biografado está inserido.

Esta biografia procura afastar-se dos elogios históricos da época, repletos de purpurina, e também da difamação da historiografia francesa. Esta foi abraçada de certo modo por alguns autores tanto em Portugal quanto no Brasil, principalmente no que tange à narrativa de

uma fuga da corte em desabalada carreira, como se tudo tivesse sido decidido à última hora. Esses mitos, propagados por mais de um século e que reverberam até hoje através da televisão e do cinema, ajudaram a criar um certo preconceito contra D. João.

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa que teve início em 2013, quando consultava arquivos no Brasil e em Portugal para escrever a biografia do seu filho D. Pedro. Muitos dos documentos citados ao longo do texto foram localizados naquela época e, assim como tantos outros estudados nos anos seguintes, permaneceram inéditos. Agora, permitem lançar luz sobre a história pública de D. João VI e também a história privada — como se algum monarca tivesse direito a uma.

A pesquisa revelou um ser humano muito mais complexo. Atacado por ser extremamente religioso e adorar música sacra, D. João também foi um apoiante dos avanços científicos, ordenando, por exemplo, que tanto os seus filhos quanto os súbditos fossem vacinados contra a varíola, uma das maiores causas de mortalidade da época. Mesmo com todos os desafios do período em que viveu, tanto durante a regência como durante o reinado, criou e apoiou diversas instituições culturais e científicas que ainda hoje existem no Brasil e em Portugal.

Convido o leitor deste novo volume da série «A História Não Contada» a conhecer, com olhos despidos de preconceitos, esse governante tão subestimado e a embarcar nesta aventura entre dois países unidos por um monarca que ousou transferir o centro do seu poder da Europa para a América, algo inédito até então. Contudo, se a união entre os dois países foi efémera, pelo menos D. João garantiu que a sua dinastia governasse em ambos os lados do Atlântico por décadas após a sua morte.

## PRÓLOGO

---

Em abril de 1821, doze navios balançavam sonolentemente no mar calmo da baía de Guanabara, aguardando o embarque da corte portuguesa para Lisboa. Fazia treze anos que o príncipe, depois rei, D. João chegara com a família e todo o aparato administrativo português ao Brasil. Além do monarca, retornariam a Portugal criados, cortesãos e outros passageiros, somando cerca de quatro mil pessoas.

No dia 25, dia do seu aniversário, a rainha D. Carlota Joaquina chegou ao Paço Real, atual Paço Imperial, na Praça XV, às 14 horas, com as filhas mais novas. Ali recebeu as despedidas do corpo diplomático e de portugueses dedicados que permaneceriam no Brasil. Acenava a todos alegremente enquanto embarcava na galeota real que a levaria a bordo da nau *D. João VI*. Era flagrante o seu prazer em deixar o país. O pintor francês Jean-Baptiste Debret, testemunha desse embarque, observou a rainha no seu adeus. Com grande arrogância, D. Carlota afirmou que retornava, enfim, para uma terra habitada por homens. Debret legou-nos uma gravura da partida da rainha portuguesa que encarou a permanência no Brasil como um fardo e uma penitência, mas, ironicamente, não deixou registrada a de D. João. Não era para menos. O rei, ao contrário da esposa, embarcou no último momento, deixando-se ficar o mais que podia no Brasil.

O ambiente do Rio de Janeiro era bem diferente aquando da partida de D. João comparando com a época da sua festiva chegada. Dias antes, uma reunião de eleitores paroquiais convocada pelo rei reuniu-se na Praça do Comércio, atual Casa França-Brasil, no centro da cidade. Era o início do processo de escolha dos deputados que representariam o país na assembleia a ser reunida em Lisboa para produzir uma Constituição para o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Mas as coisas escaparam do controlo: a assembleia, tomada por demagogos, começou com exigências sem fim dirigidas ao governo e ao rei. O Exército foi chamado para dispersar as pessoas, um soldado foi morto, e a tropa evacuou a Praça do Comércio à força de baionetas e coronhadas, deixando várias

vítimas. Durante alguns dias, placas onde se lia «Açougue Real» ou «Açougue dos Bragança» eram colocadas no local pelo povo e retiradas pelo governo. Como deixou registado o inglês John Armitage, a cidade do Rio de Janeiro ficou consternada: «As praças públicas e lugares de recreio tornaram-se desertos; suspenderam-se as operações de comércio, e durante muitas semanas, esta capital, até então cheia de novidades, pareceu uma cidade de mortos.»<sup>1</sup>

Após o beija-mão de despedida em São Cristóvão, D. João embarcou com a filha mais velha, D. Maria Teresa, o neto D. Sebastião e o filho D. Miguel na madrugada de 25 para 26 de abril, sem pompa e sem a presença do povo, praticamente na calada da noite. D. Pedro e D. Leopoldina foram despedir-se da família e voltaram bastante emocionados a terra. Às 6h15, a nau *D. João VI* e a esquadra levantaram velas e zarparam da baía. O rei seguia, inconsolável, o seu destino, em lágrimas. O contraste com a esposa era visível. Ao chegar ao Rio de Janeiro em 1808, D. João era a felicidade em pessoa, e D. Carlota tinha o humor de um condenado à prisão perpétua. Em 1821, as coisas inverteram-se: a rainha comemorava e o rei chorava. D. João fora feliz no Brasil, pois o país dera-lhe alegrias que não conhecia e, como já antevia, não as encontraria em Portugal.

Durante a viagem de regresso da corte, Napoleão Bonaparte faleceu no exílio, na ilha de Santa Helena, a 5 de maio de 1821. O imperador francês, responsável direto pelos eventos que fizeram o governo português mudar-se para o Brasil, terminou os seus dias abandonado num rochedo no meio do Atlântico, enquanto D. João, um dos governantes menos poderosos da Europa, nunca perdeu o trono e, naquele momento, retornava à sua terra natal.

Apesar de todas as dificuldades, D. João conseguiu escapar das humilhações impostas por Napoleão às nações derrotadas. Ao contrário dos reis de Espanha e de diversos governantes italianos, não perdeu o seu trono. Mesmo o poderoso imperador do Sacro Império, Francisco II, foi obrigado a presenciar o esfacelamento dos seus domínios e teve de se humilhar, pedindo a paz e negociando a mão de uma das suas filhas em casamento, para continuar a governar. O rei da Prússia foi obrigado a fugir da sua capital, e o czar da Rússia viu parte do seu império ser devastado e a segunda mais importante cidade, destruída.

Contudo, a vitória do rei de Portugal sobre o imperador dos franceses não era completa, e D. João sabia disso. Napoleão podia ter perdido o seu trono, ter sido exilado e, por fim, ter morrido, mas as ideias dificilmente morrem. O imperador encarnara e consolidara os valores do Iluminismo, que deram ao mundo a primeira república na América e a Revolução Francesa. Juntamente com os seus exércitos em marcha pela Europa, seguiram novas ideias de organização política e social. Foram instituídos códigos de leis e constituições, o Estado e a Igreja foram separados em muitos países e, na maioria das nações, pôs-se fim aos privilégios dos nobres e do clero.

D. João não chorava somente a partida do Brasil; soluçava ao ter de enfrentar uma situação para a qual, novamente, não estava preparado. O absolutismo no qual fora criado e ensinado a governar ficara para trás com a revolução que estourou na cidade do Porto, em Portugal, em 1820. Com ajuda da tropa, da burguesia e de parte da elite, as ideias liberais incendiaram o país e contagiaram o Brasil. D. João VI viu com assombro o desejo dos seus povos em mergulhar na aventura das «perigosas ideias de liberdade»<sup>2</sup>, como vaticinara a sua nora, a arquiduquesa D. Leopoldina. Portugal queria o regresso do seu rei, o retorno da sede da corte — que transformara a antiga metrópole em apêndice da ex-colónia americana — e uma constituição. O poder real seria diminuído, e a burguesia, ao eleger representantes, passaria a fazer parte das decisões do governo. O clero e a nobreza, que viam os seus privilégios afrontados, tentariam posteriormente algumas reações.

As ideias liberais, que fizeram D. João partir da Europa, nesse momento traziam-no de volta à força. Em vez de ver a sua vontade obedecida, era a sua vez de, como rei constitucional, obedecer à soberania do povo, se não quisesse perder o trono — e a cabeça. Enquanto imaginava, praticamente paralisado de pavor, o que poderia acontecer com a parte da família que ficara no Brasil e o que o esperava em Portugal, D. João, em pleno oceano, nem conseguia decidir se fariam paragem em Salvador ou seguiriam diretos para Lisboa. O rei devia lembrar-se, saudosos, da sua juventude, da época em que não se previa que subisse ao trono e em que podia divertir-se com a música, como as óperas em Salvaterra, a música sacra e as serenatas em Mafra, a companhia da irmã querida e a despreocupação das brincadeiras do entrudo.

D. João era um rei improvável e estava muito longe de ser o príncipe idealizado dos contos de fadas. Ao contrário dos seus filhos, D. Pedro e D. Miguel, jovens, cheios de energia, atléticos e esguios, o pai tinha estatura mediana, estava acima do peso havia décadas, tinha os lábios grandes e pendentes, patilhas grisalhas, morria de medo de trovões e frequentemente prolongava quanto podia uma resolução final sobre os mais variados assuntos. Mas nada disso o impediu de romper o pacto colonial e tentar fazer do Rio de Janeiro a capital de um império ultramarino com possessões em África e na Ásia. O rei, que entrou para a História como medroso e esquivo, mas que recebeu a alcunha de *O Clemente* por comutar a maior parte das penas de morte, foi o primeiro governante europeu a procurar na América, com todo o seu potencial, o futuro.

# PARTE I

Portugal (1767-1807)

## Um mundo em transformação

Doze anos antes do nascimento de D. João, quando ainda nem se imaginava a Revolução Francesa, a queda de reis, o redesenho do mapa do mundo e a mudança da capital de um país para a América, Portugal já tinha sido abalado por dois cataclismos: um físico e outro ideológico.

Na manhã de 1 de novembro de 1755, Dia de Todos os Santos, as igrejas de Lisboa estavam abarrotadas de fiéis quando, por volta das 9h40 da manhã, sentiu-se a terra tremer fortemente. Ao primeiro abalo, seguiram-se outros dois. Em poucos instantes, tetos e paredes de igrejas, casas e palácios vieram abaixo, vitimando milhares de pessoas. Quem escapou de morrer ou de ser soterrado sob a cidade que desabava fugiu para as áreas abertas, como o cais do Terreiro do Paço. Ali, uma multidão aterrorizada viu a água do rio Tejo recuar. Era um *tsunami*. Então uma montanha de água avançou, rugindo e afogando quem tinha conseguido escapar aos desabamentos. No total, três maremotos subiram o rio e invadiram mais de 250 metros da cidade baixa, matando mais de novecentas pessoas e destruindo navios e construções. Depois da terra e do mar, foi a vez do fogo, que durante dias queimou o que restara de Lisboa, incluindo a Real Biblioteca e a recém-inaugurada Ópera do Tejo, além de palácios, conventos, igrejas e casas. O caos que se seguiu foi de tal ordem que até hoje há controvérsia quanto ao número exato de pessoas mortas. Algumas fontes falam em 90 mil, outras oscilam entre 12 e 40 mil.

O terramoto e o maremoto também atingiram outras partes de Portugal, mas nada que se comparasse ao que ocorreu na capital. Numa questão de horas, uma das cidades mais ricas e fascinantes do mundo deixara de existir. A catástrofe foi democrática: quem não perdeu a vida perdeu algo ou alguém, do mais miserável dos lisboetas ao rei, D. José I. A família real, instalada na quinta real de Belém, onde hoje fica o Palácio

de Belém, ainda não estava vestida quando sentiu a terra tremer. O rei pulou de imediato pela janela, enquanto a mulher e as filhas, ainda em camisas de noite e enroladas em lençóis, saíram dos seus quartos assim que conseguiram e foram para o lado de fora. O susto da família foi grande, mas o abalo de terra sentido em Belém não foi tão forte como no centro de Lisboa. Ali, o Palácio da Ribeira, residência oficial do monarca, localizada no Terreiro do Paço, desabou.

Quem sobressaiu imediatamente após o desastre foi o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, que entrou para a história pelo título que receberia futuramente: marquês de Pombal. Nascido numa família da baixa nobreza lusitana em 1699, caíra posteriormente nas boas graças da rainha de Portugal, D. Maria Ana da Áustria, que o recomendou ao filho, D. José I. Assim se deu a ascensão de Carvalho e Melo, que passaria ao cargo de ministro e governaria Portugal por mais de vinte anos.

Carvalho e Melo escapou ileso do terramoto e foi ao encontro de D. José, que, atordoado, teria perguntado ao ministro o que deveriam fazer. Rapidamente, teria ouvido a resposta: «Sepultar os mortos, cuidar dos vivos e fechar os portos.»<sup>1</sup> Com plenos poderes para resolver o que pudesse, o ministro passou dias a morar na própria carruagem e a lançar diversos decretos.

Milhares de corpos foram postos em barcas, rebocadas até ao mar, onde os cadáveres tiveram o seu descanso final; outros tantos foram enterrados em valas comuns ao lado de igrejas, em terrenos considerados sagrados. Hospitais e abrigos temporários foram criados para atender aos doentes e dar um teto às pessoas que já não tinham onde morar. Soldados perseguiram os saqueadores. Nenhum navio partia de Lisboa sem ser revistado à procura de saques, e os que chegavam com mantimentos eram obrigados a vendê-los ao Estado português. A comoção mundial foi tamanha, a ponto de ser uma das primeiras vezes em que a história registou o envio de ajuda humanitária. De Inglaterra e de outros países chegaram navios com alimentos, pás, picaretas e materiais necessários para ajudar Portugal a reerguer-se.

## A «REAL BARRACA» E O NASCIMENTO DE D. JOÃO

A pior parte da catástrofe tinha passado, mas muitos dos prédios que se mantiveram de pé acabaram por cair ao longo dos meses seguintes devido a outros tremores de terra posteriores, com maior ou menor intensidade, obrigando muitas pessoas a abrigar-se em tendas e outras construções provisórias. Como a área de Belém e da Ajuda foi uma das menos afetadas, o rei mandou então construir ali a «Real Barraca», ou Paço Velho de Nossa Senhora da Ajuda, onde mais tarde foi erguido o Palácio Nacional da Ajuda. D. José e a família mudaram-se para o novo paço a 23 de julho de 1756.

Devido ao trauma pelos desabamentos ocorridos e pela quantidade de corpos retirados sob pilhas de pedras, o rei decidiu que o novo palácio deveria ser construído em madeira. Apesar do nome «Barraca», a construção era imensa e palaciana, ocupando praticamente toda a área do palácio atual. As paredes e os tetos de madeira eram cobertos por tecidos e tapeçarias e ornados luxuosamente. Além dos quartos para o rei e a sua família, havia acomodações para os serviçais e salas de representação, como a do trono, além de salões e uma capela.

Nesse local, a 13 de maio de 1767, nasceu o segundo neto de sexo masculino do rei D. José. No dia 14, o menino recebeu um primeiro batismo, para garantir que, se não sobrevivesse, pelo menos não morreria pagão. Dez dias depois, a 24 de maio, o infante seria oficialmente batizado com toda a pompa na capela do Palácio da Ajuda, às 14 horas, recebendo o nome de João Maria José Francisco Xavier de Paula Luís António Domingos Rafael. Como era de praxe, ao primeiro nome escolhido seguiram-se diversas homenagens a santos, como Santo António, São Francisco Xavier, São Francisco de Paula e São Domingos. O nome Maria, além de homenagem à Virgem, podia também ser uma homenagem ao nome da madrinha escolhida, a imperatriz Maria Teresa da Áustria, assim como Luís podia tanto ser uma homenagem a São Luís quanto ao rei de França, Luís XV, padrinho do bebé. O soberano francês enviou, em seu nome e no de Maria Teresa, seis caixas de presentes para o afilhado, entre os quais se encontrava um diamante rosa que causou a admiração da corte e do rei de Portugal. O presente deveria ser realmente

fenomenal, a ponto de impressionar quem detinha o monopólio das pedras preciosas do Brasil.

## A PRINCESA DO BRASIL

A mãe do menino, D. Maria, herdeira do trono português, detinha o título de princesa do Brasil, em deferência à colônia mais rica de Portugal. Desse local na América vinham matérias-primas abundantes, como madeiras nobres, além de ouro e diamantes. O título havia sido criado por D. João IV, primeiro rei da dinastia de Bragança no trono de Portugal. A 27 de outubro de 1645, o rei declarou que todos os príncipes primogénitos, ou seja, os herdeiros do trono, passariam a ser príncipes do Brasil. A decisão foi tomada dois meses depois da vitória luso-brasileira contra os holandeses na Batalha do Monte das Tabocas, em Pernambuco. Na época, o domínio português na América estava ameaçado pela tentativa de ocupação do Nordeste brasileiro pela Holanda. Antes de D. João IV, os reis de Portugal usaram diversos outros títulos relacionados com os seus direitos a partes da Ásia e de África, mas não havia qualquer alusão ao Brasil. Essa ligação do herdeiro à colônia na América era uma demonstração clara de como, quase 150 anos após a chegada de Pedro Álvares Cabral, a possessão passara a ser suficientemente explorada a ponto de se tornar numa das mais importantes fontes de renda da metrópole.

De todas as mulheres que receberam o título de princesa do Brasil, D. Maria seria a única a usar futuramente a coroa portuguesa. D. Maria Francisca Isabel Josefa Antónia Gertrudes Rita Joana nasceu no Paço da Ribeira, em Lisboa, a 17 de dezembro de 1734. Na época do seu nascimento, o pai, D. José, era o príncipe do Brasil, herdeiro do trono de Portugal. A mãe era D. Mariana Vitória, infanta de Espanha. D. José só seria aclamado rei dezasseis anos após o nascimento da filha, a 7 de setembro de 1750, após a morte do seu pai, D. João V.

Até 1746, com o nascimento da infanta D. Maria Benedita, que viria a juntar-se a outras duas filhas de D. José e D. Mariana, o casal achava que conseguiria gerar um herdeiro do sexo masculino, por isso a instrução da mais velha não foi tão bem planeada como deveria. Contava já quinze anos quando o pai foi aclamado rei. Só então a percepção de

que a jovem seria a próxima governante de Portugal se tornou concreta. Porém, se a educação da futura rainha na arte de governar foi pouco cuidada, tanto ela quanto as suas irmãs foram instruídas em diversas línguas estrangeiras, além do Latim e de Teologia. D. Maria era uma exímia desenhadora e pintora, cantava muitíssimo bem e sabia tocar diversos instrumentos.

Na época de D. José I, a corte atingiu um alto nível cultural. A música era uma das artes prediletas da dinastia de Bragança há séculos, e grupos de músicos célebres, na sua maioria italianos, recebiam pensões da Casa Real e realizavam apresentações no paço. Nesse reinado, o teatro de ópera italiana de Lisboa era considerado o melhor da Europa, e a rainha D. Mariana Vitória provia concertos na sua câmara com os artistas que conseguia reunir. Ela própria cantava e tocava cravo, principalmente tocatas compostas por Domenico Scarlatti, e, muitas vezes, juntava-se às filhas para apresentar alguma canção à corte.

Em paralelo à arte mundana, havia também um profundo fervor religioso entre a família real, sobretudo por parte da princesa do Brasil. D. Maria era tímida e extremamente devota, tendo chegado a pensar diversas vezes em entrar para a vida religiosa. O seu quarto estava cheio de livros de religião e de imagens sacras de vários tamanhos. A princesa adorava presépios, e a sua melhor amiga viria a tornar-se priora de um convento. Na sua juventude, acreditava ter escapado viva de uma doença por intervenção direta de Nosso Senhor dos Passos.

Após a subida do pai ao trono, D. Maria deu o seu primeiro beija-mão na corte como princesa do Brasil, demonstrando de maneira oficial e pública que era a herdeira do trono. No seu aniversário de 18 anos, em novo beija-mão, a princesa recebeu a corte e os embaixadores estrangeiros, que notaram a mulher feita, alta, magra, com os traços definidos e delicados e uma elegância graciosa que encantou todos.

## O CASAMENTO DA HERDEIRA

O casamento da princesa tinha vindo a ser discutido desde 1749, quando o avô de D. Maria ainda era vivo. A princesa e o seu primo, D. João de Bragança, segundo duque de Lafões, chegaram a sentir

alguma atração um pelo outro, mas sem grandes consequências, e os anos foram passando. Embora a mãe e as outras mulheres da família se tivessem casado muito jovens, algumas com menos de 10 anos, o mesmo não ocorreu com a princesa. Os casamentos dos nobres eram, na maioria, o selo de uma união política, tanto entre casas nobres quanto entre dinastias no trono. Casar a herdeira do trono português era uma ação muito mais complexa e levava em conta as razões, não as emoções.

Embora hoje não tenha a mesma aceitação, na época o casamento entre parentes era uma solução para grandes heranças se manterem na mesma família — ainda mais quando a família em questão era soberana de uma nação inteira com possessões em quatro continentes. D. João V queria que a neta se casasse com o seu filho, o infante D. Pedro, irmão de D. José e tio da princesa, dezassete anos mais velho que ela. A mãe, D. Mariana Vitória, não concordou de imediato com a ideia, pois desconfiava das intenções do cunhado e da sua influência sobre o irmão e futuro rei.

Entretanto, as alternativas não eram ideais. Casar a herdeira do trono com o filho de outra casa nobre portuguesa poderia servir para dar mais importância e prestígio a outra família que não os Bragança, e isso poderia causar problemas. Unir D. Maria com um príncipe de outro país inicialmente pareceu ser uma boa ideia. Porém, um documento muito contraditório, que só no século XIX se revelaria uma fraude, foi utilizado como um dos empecilhos para o casamento da herdeira do trono com um estrangeiro.

As Atas das Cortes de Lamego, a mítica assembleia que se teria reunido no século XII e escolhido D. Afonso Henriques como primeiro rei de Portugal, teriam determinado as regras para a sucessão do trono. Segundo o documento, as filhas dos reis podiam herdar a coroa desde que se casassem com um nobre português, «e este se não chamará rei, senão depois que tiver a rainha filho varão». De acordo com esse texto, qualquer príncipe estrangeiro estaria vetado de contrair matrimônio com D. Maria. O descumprimento da regra levaria a uma luta pelo trono envolvendo outros descendentes masculinos da Casa Real, que poderiam não concordar em submeter-se às vontades de um príncipe de outra potência que se tornasse rei de Portugal.

As atas falsificadas de Lamego teriam surgido em 1641 para justificar a causa nacionalista contra Espanha, com o fim da União Ibérica, e reforçar a prioridade da dinastia de Bragança ao trono. O documento serviu durante séculos para reger tanto a sucessão do trono quanto pontos obscuros não amparados por outras leis. Como não se sabia ainda que era falso, acabou por determinar também como deveria ser o casamento da princesa do Brasil.

Depois de serem aventadas hipóteses de diversas alianças, os pais resolveram retirar o obstáculo a respeito do casamento da princesa com o infante D. Pedro. O noivo, como irmão mais novo de D. José, era herdeiro da Casa do Infantado, uma instituição criada para que os infantes que não herdassem o trono tivessem os seus próprios bens. Entre as propriedades da Casa do Infantado estava uma antiga quinta de recreio em Queluz, perto de Lisboa, residência preferida de D. Pedro, que a ampliou e redecorou, transformando-a num dos palácios mais famosos de Portugal até aos dias de hoje.

O casamento entre D. Maria e D. Pedro foi realizado no aniversário do rei D. José I, a 6 de junho de 1760, de maneira discreta. Cinco anos após o terramoto, não seria prudente fazer o povo e a nobreza contribuírem com os gastos para um casamento de luxo e ostentação. A noite de núpcias seguiu a tradição bragantina que horrorizaria a arquiduquesa D. Leopoldina anos mais tarde no Rio de Janeiro: a noiva foi despida, perfumada e colocada na cama pelas mulheres da família, enquanto os homens faziam o mesmo com o noivo.

## **O PODER DO FUTURO MARQUÊS DE POMBAL**

No dia seguinte às núpcias, a corte apercebeu-se da face exuberante da princesa do Brasil, mas a felicidade conjugal recém-descoberta logo seria eclipsada quando o poderoso ministro Sebastião José de Carvalho e Melo expulsou o núncio papal de Portugal. Farto da intromissão da Igreja nos negócios internos, Carvalho e Melo usou como argumento o facto de o representante de Roma na capital portuguesa não ter iluminado por três dias as janelas do seu palácio em comemoração do casamento da herdeira do trono.

Essa não foi a primeira ação do ministro para reforçar o seu poder, o do rei e o do Estado português. Anteriormente, batera-se contra os jesuítas, que, graças ao soberano anterior, D. João V, tinham conseguido diversos privilégios, inclusive no Brasil, onde haviam criado praticamente um Estado paralelo. Durante esses embates, a alta nobreza também tentara afrontar o ministro e pagara por isso com a vida.

Uma tentativa de assassinar D. José I, a 3 de setembro de 1758, foi usada por Carvalho e Melo tanto para implicar a família Távora, uma das grandes do reino, quanto para expulsar os jesuítas do Brasil. Diversos membros dos Távoras foram perseguidos, alguns executados, e outros acabaram encarcerados. O mesmo ocorreu com as famílias com eles aparentadas, entre as quais os Alorna e parentes do duque de Aveiro. Os jesuítas foram expulsos um ano exato após o atentado, a 3 de setembro de 1759, no mesmo dia em que Carvalho e Melo recebia o seu primeiro título, o de conde de Oeiras.

O pai de D. Maria, o rei D. José, preferia deixar o ministro a governar, sem se imiscuir muito nas suas decisões. Entretanto, D. Pedro e D. Maria aliaram-se contra Carvalho e Melo, que cada vez mais dominava o trono. Qualquer pessoa que caísse em desgraça perante o primeiro-ministro era banida ou, pior, morta. O clima de incerteza na corte era terrível.

Enquanto isso, o casamento começou a gerar frutos. Ao longo de quinze anos, a princesa do Brasil teve oito gestações. Sofreu dois abortos, três filhos morreram na infância e somente três chegaram à vida adulta: D. José, nascido a 21 de agosto de 1761; D. João, a 13 de maio de 1767; e D. Mariana Vitória, a 15 de dezembro de 1768.

A vida de festas e de prazeres da família real em Queluz, onde normalmente a rainha, a princesa do Brasil e as irmãs cantavam para os convidados, era entremeada por orações, missas e procissões. O fausto contrastava com a capital, que permaneceu em escombros por quase uma década após o terramoto. O projeto da sua reconstrução, acalentado tanto pelo rei quanto pelo principal ministro, começou em 1764 e duraria anos.

D. Maria e o marido eram bem recebidos na corte de D. José I e participavam das cerimónias públicas, porém não faziam parte nem do conselho de Estado, nem das decisões governamentais. Aí reinava

o todo-poderoso Carvalho e Melo, que, por ter conseguido restabelecer as relações com o Vaticano após a expulsão do núncio papal em 1760, recebeu, em 1769, o título de marquês de Pombal.

## **AS REFORMAS DO MARQUÊS DE POMBAL**

Sem a interferência dos religiosos e das antigas e poderosas famílias nobres, Pombal reformou o Estado. Com a expulsão dos jesuítas, o marquês interferiu diretamente no sistema educacional, que até então era dominado por essa ordem. O ministro acreditava em Deus, mas, dentro do espírito iluminista, era contra o controle da Igreja sobre o ensino e o seu poder sobre os cidadãos. Os primeiros atritos ocorreram logo após o terramoto. Enquanto Pombal compreendia o desastre a partir de uma explicação científica, os religiosos viam um castigo divino ocorrido por culpa dos pecados dos portugueses.

Uma das criações de Pombal foi o Colégio dos Nobres, com um currículo avançado para a época. O marquês trouxe vários estrangeiros, sobretudo italianos, para lecionar. Um deles foi Domenico Vandelli, doutor em medicina e naturalista que chegou a Portugal em 1764 para dar aulas na instituição. Posteriormente, criaria o Jardim Botânico da Ajuda e seria professor de História Natural e Química na Universidade de Coimbra, dando aulas para jovens que viriam a ocupar postos-chave em Portugal e no Brasil. Além de médico da Casa Real, Vandelli viria a tornar-se um importante conselheiro do príncipe D. João.

Pombal também fundou uma escola de comércio e reformou a Universidade de Coimbra, introduzindo um currículo mais moderno, que passou a ensinar física newtoniana, por exemplo. Além disso, mandou que fossem criados na universidade um museu de história natural e um observatório astronómico. As faculdades de medicina obtiveram autorização para dissecar cadáveres, e investiu-se no estudo da higiene.

Pombal não só mudou o currículo da futura classe dirigente lusitana como influenciou diretamente na educação dos netos homens do rei, filhos de D. Maria. O marquês tomou para si, especificamente, a educação do herdeiro do trono, D. José, para fazer do próximo monarca um déspota esclarecido, mais próximo das ciências que dos temores do inferno.

Porém, o ministro tinha medo de ver o seu sonho reformador ser prejudicado pela subida ao poder da princesa do Brasil. Muitos historiadores acreditam que, para evitar isso, Pombal desejava que o rei «saltasse» uma geração de herdeiros e passasse o trono diretamente ao seu neto.

Em 1774, a rainha de Portugal, D. Mariana Vitória, teria sido alertada pelo ministro José de Seabra da Silva a respeito do plano para retirar D. Maria da sucessão. A ideia, segundo Seabra<sup>2,3</sup>, era fazer com que a princesa renunciasse ao seu lugar no trono em favor do filho, passando a sucessão a ser masculina. Mas o plano malogrou quando o rei foi confrontado tanto pela esposa quanto pela filha. D. Maria, grávida pela sétima vez, teria afirmado ao pai que não assinaria documento algum concordando em abdicar do seu direito. Para evitar a crise familiar, D. José consolou as duas e voltou atrás. Se D. Maria foi poupada, Seabra não teve a mesma sorte. Além dele, só outras duas pessoas sabiam do plano: Pombal e o rei. O ministro acabou deportado, primeiro para o Rio de Janeiro, depois para Angola.

## **O REI ESTÁ MORTO, VIVA A RAINHA!**

Um ano depois, no aniversário de 61 anos de D. José I, a 6 de junho de 1775, foi inaugurada a estátua do soberano na Praça do Comércio, em Lisboa, uma região que tinha sido devastada pelo terramoto e que estava a ser reerguida. Apesar de toda a pompa envolvendo a ocasião, eram visíveis a falta de entusiasmo do rei, o seu cansaço e abatimento, devidos às consequências de uma trombose ocorrida no segundo semestre de 1774. D. José terminaria o ano seguinte preso à cama, paralisado após um derrame, com feridas nas pernas e sem conseguir falar corretamente. Pombal visitava-o diariamente até ser proibido de fazê-lo, a 29 de novembro de 1776, quando D. José I nomeou a rainha, sua esposa, como regente. D. Mariana não demitiu o ministro, que continuou a governar Portugal.

Um dos últimos desejos de D. José I, que o escreveu num papel para a esposa, foi ver o neto mais velho e herdeiro do trono, D. José, casado com a sua filha mais nova, tia do rapaz, a infanta D. Maria Benedita. O noivo tinha 15 anos, e a noiva, o dobro. O arranjo havia sido discutido

anteriormente, e o papa concedera a autorização necessária para a união entre membros da mesma família. O casamento ocorreu a 21 de fevereiro de 1777, na presença do rei, que jazia moribundo na cama.

D. José, em carta para a sua herdeira, escreveu uma lista de desejos, à qual acrescentou que D. Maria perdoasse a todos os que considerasse merecedores, inclusive os que se tivessem voltado contra ele e contra o Estado português, pois afirmava já ter perdoado a todos, como desejava que Deus perdoasse os seus pecados. A 23 de fevereiro, a rainha regente e a princesa do Brasil trabalharam juntas, baseadas na vontade do rei, para libertar diversas pessoas que a política do marquês de Pombal havia encarcerado, desde religiosos e nobres até políticos, como Seabra — que continuava exilado.

Com o trabalho das duas mulheres, Pombal via parte do seu poder ser esvaziado. Qualquer dúvida que o marquês ainda tivesse sobre o seu futuro terminou logo após a morte do rei. A 24 de fevereiro, D. José I faleceu, e todos os ministros foram beijar as mãos de D. Maria, que passara a ser D. Maria I, reconhecendo-a como sua nova soberana. No dia seguinte, ao chegar ao palácio, Pombal descobriu que já não era bem-vindo.

## D. MARIA SOBE AO PODER

Um dos primeiros atos da rainha foi libertar cerca de oitocentos prisioneiros políticos, completando a obra que ela e a mãe já haviam iniciado. Entre os libertos estavam o antigo confessor de D. Maria e diversos nobres implicados por Pombal em inúmeras conspirações, principalmente a dos Távoras. Parentes dessa família dizimada não aceitaram apenas a liberdade, recusaram-se a deixar o cárcere enquanto a sua inocência não fosse comprovada. D. Maria concordou e comutou a prisão para exílio em propriedades a alguns quilómetros de Lisboa.

Pombal, que pedira demissão e tinha sido ignorado durante a regência da rainha D. Mariana Vitória, requisitou-a novamente a D. Maria, que, após se aconselhar com a mãe, a concedeu. A 4 de março, o ministro não só foi demitido como recebeu ordens de se retirar para as suas propriedades no interior.

A verdadeira «ressuscitação dos mortos» que se tornou o decreto de D. Maria I, ao libertar a maior parte dos perseguidos por Pombal, levou à esperança de que os religiosos voltassem a ser aceites nas decisões de Estado, assim como a nobreza tornava a ocupar a antiga posição de prestígio. Durante toda essa agitação, a nova rainha caiu de cama com sarampo. Somente a 27 de abril conseguiu reunir o ministério e, por conselho da mãe, manteve alguns ministros de Pombal, para dar continuidade ao funcionamento da máquina pública sem que tudo encravasse.

## A ACLAMAÇÃO

Ao contrário de outras dinastias, que marcavam a ascensão ao trono de um novo soberano com uma cerimónia de coroação, os Bragança, desde a sua subida ao poder em 1640, eram aclamados pelo povo, não coroados pela Igreja. A subida ao trono dos reis portugueses não era legitimada pela coroação, ou seja, a confirmação, com a imposição da coroa, da aliança entre o governante e Deus. A coroa do reino fora depositada por D. João IV, o primeiro rei dessa dinastia, aos pés de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, tornando a fonte do poder real o consentimento dado pelos portugueses para os soberanos governarem em seu nome. O evento era uma grande festa, com a participação do povo junto ao novo monarca, e todos tinham um papel a desempenhar.

A data da aclamação de D. Maria I como rainha de Portugal foi definida para 13 de maio de 1777, dia em que o seu segundo filho, o infante D. João, fez 10 anos. A cerimónia pública foi realizada na Praça do Comércio, onde anos antes havia sido inaugurada a estátua equestre de D. José I. Ali foi erguida uma galeria com duas dezenas de arcos sustentados por colunas de mármore e uma varanda decorada com figuras alegóricas e símbolos militares. A praça estava repleta de gente desde o início da manhã, todos queriam ver a nova rainha, incluindo até pessoas penduradas na estátua do rei, no meio da praça.

Por volta das 16 horas, a família real chegou, e a procissão seguiu em direção à galeria. Primeiro vinham os arautos, e depois outros oficiais da corte, seguidos por representantes da nobreza e do clero e pelos ministros de Estado. Na sequência, os dois príncipes — o mais velho, D. José,

agora príncipe do Brasil; e o mais novo, D. João. Acompanhando-os de perto, vinha o pai, D. Pedro, que passava a ser conhecido como rei D. Pedro III. Na esteira do cortejo vinham a rainha e as suas damas. D. Maria, aos 42 anos, impressionava num rico vestido coberto de diamantes e um corpete com pedras preciosas em arranjo floral.

D. João participou da aclamação da mãe no papel de condestável do reino, posto honorífico que o colocava como protetor militar do reinado de D. Maria I. O príncipe seguiu no cortejo e posicionou-se próximo ao trono segurando o estoque real, uma espécie de espada longa, de aspecto medieval, carregada de simbolismo e bastante pesada para uma criança.

Depois de todo o cortejo se ter instalado na varanda, foram lidas várias proclamações e, por fim, a rainha ajoelhou-se numa almofada e jurou governar bem o país e administrar a justiça, além de proteger o seu povo. Tanto D. Pedro III quanto D. José e D. João prestaram-lhe homenagens, assim como os demais membros da corte.

Os sinos repicaram, os canhões deram tiros de festim e o povo entrou em euforia. Todos pareciam muito mais contentes que a própria rainha, que, ainda abatida pela doença, sabia que o desafio de governar um império a aguardava.

## A juventude de D. João

Desde o nascimento, D. João não era uma criança saudável. Relações de consanguinidade geralmente não produzem bebês robustos. Inúmeros exemplos de problemas físicos e mentais em crianças geradas por pais da mesma família podem ser recolhidos ao longo da história. Tal costume dinástico, por exemplo, conduziu ao fim do ramo espanhol da família Habsburgo, quando o rei Carlos II, uma pessoa extremamente doente, com problemas físicos e mentais, fruto de uma longa linhagem de casamentos consanguíneos, morreu sem deixar herdeiros.

Como era hábito na época, não foi a mãe que amamentou a criança, e sim uma ama de leite cuidadosamente escolhida. Uma mulher da realeza, ainda mais princesa herdeira, tinha outras funções a cumprir; a amamentação podia ser delegada a outra, mas não a representação do poder. A primeira ama de leite de D. João foi Joaquina Rosa da Penha de França, que o criou nos anos seguintes. Porém, após parar de ser amamentado, quando tinha cerca de 3 anos, o infante adoeceu. Os médicos recomendaram que, para o fortalecer, o menino deveria continuar a ser alimentado com leite de peito. Assim, entrou na vida do príncipe outra ama, D. Francisca Rosa de Avelar Brotero, irmã do naturalista Félix Avelar Brotero. Era também ama de leite da irmã mais nova de D. João, a princesa D. Mariana Vitória. Com a recuperação da saúde do príncipe, D. Francisca Rosa e a família foram recompensadas, e, ao longo da vida, D. João cobriu-a de demonstrações de afeto.

### OS MESTRES

Por indicação de Pombal, antes da sua queda, os dois netos do rei, D. José e D. João, tiveram como mestre frei Manuel do Cenáculo de Vilas Boas, que lhes dirigiu a educação. O tutor era franciscano e posteriormente

assumiria o arcebispado de Évora. Durante o governo pombalino, frei Manuel foi indicado para presidir a Real Mesa Censória, foi dele a ideia de criar uma biblioteca nacional, tendo participado da junta de reforma educacional da Universidade de Coimbra. Apesar de religioso, este mestre diferia dos jesuítas que ocupavam outros postos importantes na corte por ser mais propenso às ideias do Iluminismo, um processo social, político, cultural, económico e filosófico que visava, entre outras coisas, ao uso da razão como o melhor caminho para se alcançar a liberdade, em vez do pensamento religioso. Como colecionador, abriu na cidade de Évora um dos primeiros museus de Portugal, com acervos de arqueologia, ciências naturais e numismática.

Outros professores de D. João foram António Domingo do Paço, mestre de primeiras letras e de Latim, e o matemático veneziano Miguel Fanzini. O italiano havia sido convidado por Pombal para se estabelecer em Portugal, onde passou a dar aulas na Universidade de Coimbra.

Criado numa corte na qual a música e o teatro eram muito apreciados há gerações pelos Bragança, D. João também teve uma formação artística robusta, principalmente na área musical, com mestres como os compositores David Perez e João de Sousa Carvalho e o organista João Cordeiro da Silva. O seu professor de equitação foi o sargento-mor Carlos António Ferreira Monte.

Como D. João não era o herdeiro, não há informações a respeito do aproveitamento das aulas recebidas, nem olhares profundos voltados na sua direção — como ocorria com o mais próximo na linha de sucessão. Mas seria impossível imaginar que, por esse facto, a sua educação tivesse sido menos primorosa que a do irmão. A possibilidade de qualquer membro de uma família dinástica chegar ao trono era uma realidade tangível numa época em que os tratamentos médicos matavam mais do que as doenças. D. João dominaria as leis e o latim, e os diplomatas afirmariam que ele falava fluentemente francês e inglês. Não só eram do conhecimento do príncipe a história do seu próprio país e a geografia do mundo, pelo qual se espalhavam os domínios portugueses, mas também os produtos que daí vinham e que serviam para abastecer Portugal e equilibrar a balança comercial com a sua venda para outras nações.

## A ARTE EQUESTRE

Entre outras coisas, D. João aprenderia, com o marquês de Marialva, a arte da picaria, técnica de equitação em que o cavaleiro demonstra o domínio sobre a montaria. D. Pedro de Alcântara e Meneses, o quarto marquês de Marialva, havia sido estribeiro-mor do avô de D. João, o rei D. José I, e era considerado o melhor cavaleiro de Portugal na sua época. Teve um papel importante tanto na criação de animais de sela como no aperfeiçoamento da arte da equitação, e aparece em algumas estampas da obra *Luz da liberal e nobre arte da cavalaria*. Esse livro é um dos tratados mais importantes de cavalaria da época do Antigo Regime em toda a Europa, sendo o principal e mais completo livro do gênero. Foi escrito por Manuel Carlos de Andrade, responsável pela Picaria Real, mas há rumores de que teria sido o próprio Marialva o autor da obra. O livro, dedicado a D. João, ensina todos os andamentos, desde os mais básicos, como passo, trote e galope, até os chamados ares altos: balotadas, capriolas, corvetas, levadas e pousadas. A obra é ilustrada com diversas estampas que demonstram os cavaleiros a realizar os exercícios. D. João serve de modelo para seis das gravuras, nas quais podemos ver, pelas imagens e pelo texto correspondente, como ele dominava as posições, ao mesmo tempo que constatamos que o príncipe nunca foi um rapaz esbelto, nem mesmo quando era muito jovem.

Esse interesse por cavalos era uma questão de família. Em 1708, D. João V, bisavô de D. João, começou a implementar uma nova política para aperfeiçoamento desses animais em Portugal. Estava descontente com a qualidade dos cavalos que se encontravam no país e procurou meios para desenvolver uma produção nacional própria de animais de sela, sem depender da aquisição deles fora do país. Assim surgiu a ideia da fundação da Coudelaria Real, criada em Alter do Chão, no Alentejo. Quem acabou por concretizar o projeto foi o rei D. José I, avô de D. João, que instalou e estruturou a coudelaria real, trazendo de Espanha algumas éguas. Os animais eram usados como montaria e também no picadeiro, em exercícios e nos cortejos reais. Um deles, o cavalo *Gentil*, um alter-real, pode ser visto hoje eternizado na estátua equestre de D. José I na Praça do Comércio, em Lisboa. Em Alter,

passaram a ser criados os melhores cavalos, que serviam também de reprodutores a outras coudelarias do reino.

O empréstimo dos cavalos, visando à melhoria da raça, chegaria com D. João ao Brasil. Em 1819, mandou instalar em Minas Gerais a Coudelaria Real de Cachoeira do Campo. Foram enviados à capitania cavalos de Alter, e passaram a ser emprestados reprodutores para fazendeiros da região. Um deles foi Gabriel Francisco Junqueira, futuro barão de Alfenas, que viria a desenvolver a raça que acabou conhecida como manga-larga marchador.

Além de praticar equitação e interessar-se por cavalos, D. João também participava de caçadas e juntava tudo isso a outras artes, como a música, principalmente a sacra. O seu lugar predileto para essa atividade era o Palácio de Mafra, um conjunto barroco localizado a alguns quilômetros do centro de Lisboa. O complexo era composto por um palácio, uma basílica e um mosteiro. D. João V, bisavô de D. João, ordenou a sua construção em cumprimento de uma promessa feita para conseguir herdeiros ao trono.

## OS CENÁRIOS DA VIDA DA CORTE

Além do Palácio de Mafra, da Real Barraca da Ajuda e de Queluz, a família real vivia em constantes viagens para outros paços reais, onde passava temporadas em determinadas épocas do ano. Juntamente com eles, seguia uma imensa corte com diversos servidores, como damas, pajens, oficiais, cavalaria, camareiros etc., que somavam quase mil pessoas.

Quando se fala em corte, normalmente pensamos num agrupamento único de pessoas, mas a realidade é que cada membro da Casa Real tinha a sua própria corte, e quando a família viajava todos seguiam juntos. Isso era um obstáculo para o soberano se hospedar em qualquer espaço; e, quando isso ocorria, o evento acabava por ser digno de registro. Ao longo do reinado de D. Maria I, foi documentada a sua hospedagem, da família e da corte na propriedade do inglês Guilherme Stephens, dono da Fábrica de Vidro da Marinha Grande. A irmã de Stephens, Philadelphia, vinte anos antes da chegada da corte ao Rio

de Janeiro, deixou numa carta os detalhes dos preparativos necessários para receber todos, mostrando a logística e o tempo para se conseguir a quantidade suficiente de utensílios básicos, como pratos, talheres, camas, colchas e até estábulos para todos os animais e veículos.

O sr. Stephens teve a honra de receber a rainha e a família real de Portugal durante três dias, em 1788. Os acompanhantes de sua majestade, juntamente com o vasto fluxo de pessoas dos campos em redor, formavam uma assembleia de vários milhares. Foram empregados 32 cozinheiros e proporcionados estábulos para 853 cavalos e mulas. Para crédito da honestidade e da sobriedade dos portugueses, só se perderam duas colheres de prata de entre as sessenta dúzias que foram usadas e, embora fosse colocado vinho nos aposentos usados pelos criados, nem um único homem foi visto bêbado.<sup>1</sup>

Por isso, os paços reais eram imensos, como o de Salvaterra de Magos, no Ribatejo, a alguns quilómetros de Lisboa. O palácio, que começou a ser construído em 1542, com remodelações ao longo dos séculos, era para os Bragança um local de caça e outras diversões, como as célebres corridas de touros. Ao contrário da tourada espanhola, na portuguesa o toureiro duela montado a cavalo. Por conta disso, não só era famosa a arena de touradas do paço como também os estábulos reais ali construídos, com uma área para o treino dos animais. No palácio, havia ainda imensos e belos jardins e até uma falcoaria, bem como um teatro de ópera.

Para essa propriedade, a família real seguia logo após as festas de desagravo a Santa Engrácia, realizadas em Lisboa de 16 a 18 de janeiro, com a presença da rainha e da corte. A partida para Salvaterra era precedida, dias antes, pelos músicos da Casa Real. Os Bragança ali ficavam até à primeira semana da Quaresma, quando regressavam a Lisboa para a Páscoa. Contudo, como o sacro não vive sem o profano, era em Salvaterra que os jovens príncipes da Casa Real brincavam ao entrudo, um ancestral do carnaval brasileiro.

## D. JOÃO E O ENTRUDO

Segundo o comentário numa carta de uma dama da corte de D. Maria I<sup>2</sup>, o infante D. João era assíduo na brincadeira, na qual se divertia com os companheiros, o marquês das Minas, o monteiro-mor<sup>3</sup> e o conde de Aveiro. Durante as festividades, as pessoas cantavam, dançavam e atiravam água, frutas e farinha umas às outras. As canções eram bem-humoradas, mas havia diferenças entre a brincadeira do entrudo doméstico e o de rua, sendo o último mais ousado, agressivo, com brincadeiras picantes e versos escatológicos.

A imagem de D. João distante das ruas, confinado entre as paredes de um palácio a rezar, não parece crível quando deparamos com algumas das suas cartas escritas durante a juventude. Em vésperas de completar 20 anos, em correspondência com a irmã, a infanta D. Mariana Vitória, o príncipe escreveu:

Esta carta é feita na segunda-feira de Entrudo. Não me quero privar da honra de te dizer que *mamarás tudo, para não ficares sem quinhão, mamas um cagalhão, antes na tua boca, que no chão*. Perdoa isto, mas entre irmãos, tudo se diz. Não me parece que estou no Entrudo, pois nem um rabo tenho posto.<sup>4</sup>

O verso em itálico é de uma rima escatológica em voga durante a juventude dos príncipes. Já o lamento de que não havia posto nenhum rabo refere-se a uma brincadeira conhecida como «rabo-posto», que consistia em conseguir prender um rabo feito de papel ou de trapo na vestimenta de alguém sem a pessoa notar.

O fraseado usado pelo príncipe somente durante o entrudo, como observado nas suas cartas, é um bom exemplo, como lembra a historiadora Alice Lázaro, de como a corte em que D. João nasceu e viveu era diferente do «padrão imposto, e comumente aceite por via do século XIX, sobre a suposta rigidez de postura dos seus membros».<sup>5</sup> A extroversão, que permitia a entrada de palavrões nas brincadeiras desse período e agia como uma válvula de escape antes da Quaresma, teria os dias contados com a ascensão da burguesia e a chegada do romantismo. A procura de elevados padrões espirituais e morais faria

a sociedade escandalizar-se com esse tipo de comportamento, tido como inerente às classes mais baixas da população e indigno das classes elevadas.

## FESTAS JUNINAS

Outro festejo famoso na época, muito cultivado pelos portugueses e que chegou ao Brasil, era a comemoração dos santos de junho, Santo António, São João Batista e São Pedro. A mais popular era a do santo lisboeta, Santo António, da qual participavam, com todas as deferências, os membros da família real. Esse respeito vinha da célebre maldição que teria sido rogada contra o primeiro rei da dinastia de Bragança, D. João IV. Antes da sua aclamação como rei, D. João ter-se-ia irritado com um irmão leigo franciscano que lhe pedira esmola. Mandou o religioso retirar-se dando-lhe um pontapé na canela, o que teria deixado uma ferida. Por ter sido maltratado sem motivos, o franciscano teria lançado contra o então duque de Bragança a seguinte praga: «A sua descendência nunca passará pelo primogénito, e os que lhe sucederem, Deus permita, tenham o mesmo sinal na perna que o senhor me produziu.» Após a sua ascensão ao trono, tentando amenizar a maldição, D. João IV criou a tradição de apresentar os membros recém-nascidos da família aos altares da ordem de São Francisco e de assistir às suas festas todos os anos. Esse hábito seria levado para o Brasil, onde os Bragança o continuariam a respeitar desde a época da chegada da corte até ao final do Segundo Reinado.

As festas de São Pedro e de São João eram comemoradas de maneira mais íntima pela família real. Na época, a comemoração do dia do santo do nome era tão importante quanto a data do aniversário. Enquanto o pai de D. João, o rei D. Pedro III, comemorava o dia de São Pedro, o infante comemorava o de São João. Ambas as festas, durante a sua infância e juventude, eram planeadas juntas. O consumo de pólvora para fazer os fogos de artifício era enorme. Em 1785, por exemplo, foram encomendados dez barris: nove de pólvora fina e um da grossa. Isso sem contar as quantidades de enxofre, breu, salitre e todos os demais materiais necessários para abrilhantar as noites dos folguedos.

## O ÓCIO NO ANTIGO REGIME

As festas e as estadas em determinados paços faziam parte dos momentos de ócio da família real. D. João, nas suas cartas na adolescência e início da vida adulta, informa várias vezes «nós por cá nos vamos divertindo». Afinal, a diversão e o tempo livre para gozá-la eram prerrogativa e privilégio das classes elevadas, especialmente dos membros de uma casa reinante.

Para ter esses momentos de ócio, era necessário nascer no seio da realeza, da nobreza ou da aristocracia. O próprio caminho para uma pessoa galgar os estágios iniciais da nobreza durante o Antigo Regime e receber o título de fidalgo, por exemplo, não era simples. Era necessário demonstrar, por exemplo, ser «limpo de sangue», ou seja, não descender de muçulmanos, ciganos ou judeus. Além disso, nenhum familiar, não importa se morto há várias gerações, poderia ter cometido crime de lesa-majestade. Atentar contra a vida do soberano levava a chamada «marca de infâmia» a todos os descendentes do criminoso, implicando a perda de dignidade e honra, não lhes sendo possível aceder a certos privilégios e direitos. O requerente também precisava de ser isento de «defeito mecânico», isto é, o candidato a fidalgo não podia exercer ofícios manuais ou o comércio. O mesmo valia para receber algumas das comendas nobilitantes, como a de Cristo, a de São Bento de Avis e a de Santiago e Espada. Pela lógica das regras, nem Jesus Cristo conseguiria obter a ordem que levava o seu nome — afinal, era judeu e carpinteiro.

O acesso ao título nobiliárquico dava ao portador uma série de privilégios vetados ao povo. Os fidalgos tinham acesso diferenciado, exclusivo ou preferencial, a determinados postos militares, eclesiásticos, universitários ou de serviço ao soberano. Tinham o direito de eleger e ser eleitos para cargos municipais e, se não conseguissem outro meio de subsistência, podiam pedir uma pensão à Coroa.

A titulação de nobres também era uma forma de incentivar os serviços prestados à colonização do Brasil e dos demais domínios lusitanos e recompensar os que ajudavam o trono em momentos de crise. O título de fidalgo, principalmente o de fidalgo da Casa Real, era uma moeda de troca para obter resultados práticos sem grandes gastos para o Estado.

No entanto, para a nobreza, e principalmente para a realeza, nem tudo se resumia a usufruir dos momentos de ócio. Assim como viria a ocorrer no Império Brasileiro, o calendário da corte portuguesa era movido pelos dias de gala e grande gala, datas festivas nacionais que marcavam desde o aniversário de membros da família até eventos pátrios. Nessas ocasiões, trajados de maneira apropriada, com joias e todo o aparato real, os soberanos, os príncipes e a corte obedeciam a um rigoroso protocolo, tanto público quanto privado, para representar o Estado nacional. Também havia inaugurações e beija-mãos. A interrupção do lazer era lastimada por D. João, para quem então a vida passava a ser «sensaboria».

Um desses momentos foi, sem dúvida, 25 de maio de 1782, quando, aos 15 anos, o infante foi armado cavaleiro da Ordem de Cristo no oratório de Nossa Senhora da Ajuda. O seu pai, D. Pedro III, foi quem o armou. Já o «mano príncipe», como D. João chamava o seu irmão mais velho, D. José, foi seu padrinho na ocasião, com o duque de Lafões. A cerimônia de colocar a espada no pé direito do novo cavaleiro foi realizada pelo frei Rafael de Lorena, na presença da rainha e de outras pessoas da família real. Tanto na Ordem de Cristo como nas duas outras ordens importantes em Portugal, a de Avis e a de Santiago, D. Maria mandaria colocar a imagem do Sagrado Coração de Jesus devido à devoção ao culto trazido de Viena pela sua avó, a rainha D. Maria Ana da Áustria.

Assim como o avô e o pai, D. Maria também tinha prometido construir um templo religioso caso conseguisse gerar herdeiros para a coroa. A promessa tinha sido feita na sua noite de núpcias e levou à construção do convento e da basílica da Estrela, iniciada em 1779, que seria a primeira igreja no mundo dedicada ao Sagrado Coração de Jesus.

## **ESPANHA, PORTUGAL E OS CONFLITOS NO NOVO MUNDO**

Os primeiros tempos do governo de D. Maria I no trono foram bastante complicados. Além de todas as questões internas de Portugal, era necessário lidar com problemas em várias colônias, como nas fronteiras com Espanha na América. Durante anos, houve disputas territoriais entre os dois países na divisa sul do Brasil, quase provocando uma guerra.

A 23 de fevereiro de 1777, um dia depois da morte de D. José I, inaugurando a subida de D. Maria ao trono, os espanhóis desembarcaram no sul do Brasil e tomaram a ilha de Santa Catarina. D. Maria teria dito que preferia abdicar a entrar em luta, e a sua mãe, a rainha-viúva D. Mariana Vitória, apesar de também se declarar contra um conflito armado, aconselhou-a a comportar-se com mais decoro em relação à coroa de Portugal. Não era um simples objeto do qual alguém se livrava quando as coisas não corriam como gostaria.

A mãe de D. Maria I, D. Mariana Vitória de Bourbon, era filha do rei Filipe V de Espanha e da sua segunda esposa, Isabel Farnésio, além de irmã de Carlos III, então rei espanhol. Através dessas relações familiares, a rainha-viúva iniciou uma correspondência direta com ele e respeito da questão das fronteiras. Graças a essa diplomacia pessoal, as negociações tornaram-se formais em maio de 1777. Já no mês seguinte, foram suspensas as hostilidades na fronteira das colónias americanas, e a 1 de outubro os dois países assinaram o tratado de Santo Ildefonso, que acabaria por se tornar um documento preliminar do Tratado de El Prado de 1778. Com as negociações, Santa Catarina, invadida pelos espanhóis em 1777, seria devolvida a Portugal. Espanha ficaria com a colónia do Sacramento e a região das missões jesuíticas e, em troca, cederia algumas faixas de terras. Além disso, Portugal passaria ao país vizinho duas ilhas e uma parte da costa da Guiné. Apesar de isso ser visto como uma derrota territorial pela perda da margem setentrional do rio da Prata para os espanhóis, a verdade era que a sua presença militar era superior na América. De Santa Catarina, Espanha poderia continuar a avançar até chegar à capitania de São Paulo e de lá à de Minas Gerais.

Para a realização do tratado de 1778, D. Mariana Vitória foi pessoalmente para Espanha negociar com o irmão. A rainha-viúva seguiu com a filha D. Maria I e os netos, partindo de Lisboa em direção a Vila Viçosa a 21 de outubro. Uma semana depois, D. Maria prosseguiu com a mãe até ao rio Caia, que marcava a fronteira entre a cidade portuguesa de Elvas e a espanhola de Badajoz, onde a família se despediu. Era a segunda vez que D. Mariana Vitória passava por ali. A primeira fora 49 anos antes, a 19 de janeiro de 1729, quando ocorreu a chamada «troca das princesas», em que ela e uma princesa de Portugal trocaram de país nesse mesmo local, num pavilhão-ponte especialmente construído para isso no meio

do rio Caia. D. Mariana Vitória cruzou para o lado português, onde se casou com o futuro rei D. José I. A irmã dele, D. Mariana Bárbara, atravessou para o lado espanhol para se unir ao irmão da nova cunhada, o futuro rei D. Fernando VI de Espanha. O casal espanhol acabou sem herdeiros e, por isso, outro irmão subiu ao trono como Carlos III.

A aliança matrimonial entre estas duas casas reais tinha servido o mesmo propósito que em 1778: apaziguar os problemas territoriais na América do Sul. Naquela época, estava em disputa entre portugueses e espanhóis a região de Montevidéu. Dessa vez, D. Mariana Vitória passou mais de um ano em Espanha, quando aproveitou para também retomar a ideia de uma nova aliança dinástica entre a casa real espanhola e a portuguesa. Nascia ali a ideia de mais uma troca de princesas.

O tratado de paz entre Espanha e Portugal foi construído num momento geopolítico muito conturbado. As treze colônias norte-americanas, que mais tarde formariam os Estados Unidos, tinham entrado em guerra com a Grã-Bretanha em 1775. Em 1778, ano da assinatura do tratado ibérico, França entrou em guerra com os ingleses, sendo seguidos em 1779 pelos espanhóis. Portugal e Inglaterra contam, até aos dias de hoje, com o tratado de aliança mais antigo em vigor no mundo. Na ocasião do conflito, ao ser cobrado por um posicionamento ao lado dos ingleses, Portugal pôde mostrar que o tratado com os espanhóis exigia deles a manutenção da mais estrita neutralidade.

## A REVOLUÇÃO NA AMÉRICA

Se as fórmulas diplomáticas salvaram a pequena nação encravada entre o Atlântico, fortemente patrulhada pelos ingleses, e a vizinha Espanha, não se podia contar com a mesma neutralidade para as ideias. A revolução das treze colônias na América do Norte seria o rastilho de pólvora que incendiaria o mundo tal como existia. Assim, D. Maria I e, futuramente, D. João teriam de lidar com as consequências das mudanças.

As treze colônias norte-americanas, como deixava claro a Declaração de Independência, assinada a 4 de julho de 1776, alicerçaram-se nas ideias do Iluminismo. Além de adotar a divisão de poderes apregoada por Montesquieu, o documento afirmava que todos os homens nasciam

iguais e tinham direitos inalienáveis à vida, à liberdade e à procura da felicidade, e que os governos eram instituídos tendo como base o consentimento dos governados. A república que nascia opunha-se à monarquia que era adotada tanto pela antiga metrópole, Inglaterra, quanto pela quase totalidade dos países europeus. Essa nova forma de entender as relações entre o povo e os seus governos acabou por chegar ao Brasil, precisamente à capitania mais rica da colónia, Minas Gerais, e resultaria na Inconfidência Mineira, delatada em maio de 1789, meses antes da Revolução Francesa.

## A VIRADEIRA

Enquanto os ventos do liberalismo não sopravam sobre Portugal, D. Maria I deu início a uma política interna de reação antipombalina, que viria a ser conhecida como Viradeira. Um dos primeiros a cair foi frei Manuel do Cenáculo, indicado por Pombal como preceptor de D. José e de D. João. O clero e a alta nobreza retomaram a influência na corte e nos negócios públicos. A Universidade de Coimbra, reformada pelo antigo ministro, teve diversos professores perseguidos e expulsos, que passaram a ser acusados de heresia devido aos seus ensinamentos, condizentes com as novas luzes das ciências modernas, mas conflitantes com os ensinamentos da Igreja.

Entretanto, ao contrário do que é muito difundido, o governo de D. Maria I não foi uma sucessão de retrocessos. Durante esse período, foram estabelecidas diversas instituições científicas, como a Real Academia das Ciências de Lisboa e a Real Biblioteca Pública da Corte. Também foi restituída a liberdade de imprensa, suspensa por Pombal durante o reinado de D. José I, e a maior parte dos perseguidos pelo marquês voltaram do exílio e tiveram os seus cargos restituídos, com a rainha a conceder pensões a vários deles.

Durante o reinado de D. Maria I, foram incentivadas expedições científicas nas colónias. Foi o caso, por exemplo, da viagem do baiano Alexandre Rodrigues Ferreira. Denominada Viagem Filosófica, ocorreu sob os auspícios da academia com o apoio da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos e foi planeada pelo

naturalista Domenico Vandelli, que, depois de ir para Portugal para se assumir como professor do Colégio dos Nobres, foi nomeado professor da Universidade de Coimbra a 11 de setembro de 1772. Ferreira formou-se nessa instituição em 1778, recebendo logo depois o título de doutor. Como assistente e um dos discípulos mais talentosos de Vandelli, foi escolhido para comandar a expedição pelo Brasil. Ferreira e alguns auxiliares recolheram espécies, que foram classificadas e preparadas para ser enviadas a Lisboa.

A expedição passou pelas capitânicas de Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá entre 1783 e 1792 e, além das recolhas, realizou estudos sobre o desempenho das lavouras, mapeou percursos de rios e produziu mapas populacionais e agrícolas. Adicionalmente, procurou-se verificar as condições das vilas e fortalezas em relação à defesa do Brasil contra possíveis invasões estrangeiras. Alexandre Rodrigues Ferreira foi um dos primeiros brasileiros, alunos de Vandelli, a partir para esse tipo de expedições. Outros seguiriam para Goa, Moçambique e Angola.

Além disso, sob proteção da rainha, foi criada em 1780 a Real Casa Pia de Lisboa, uma instituição que abrigava ex-mendigos e órfãos. O local era destinado a educar e fornecer formação profissional a essas pessoas, que, mostrando-se aptas, podiam continuar a receber educação complementar, como francês, aritmética militar, escrituração comercial, desenho e farmacologia.

## NOVAMENTE OS TÁVORAS

D. Maria I também ordenou que a questão dos Távoras fosse revista, pedido feito pelo segundo marquês de Alorna, João de Almeida Portugal, sogro e cunhado dos Távoras executados. Pela sua proximidade com a família da esposa, o marquês de Alorna passara dezoito anos encarcerado na prisão da Junqueira e só fora libertado, com mais de oitocentos prisioneiros políticos, aquando da subida da rainha ao trono. O marquês solicitou a revisão como procurador da memória e da fama póstuma dos seus familiares e pelo interesse que tinham nisso a sua mulher e filhos. Um dos crimes, o de lesa-majestade, afetava duramente toda

a descendência dos culpados, pois era um dos impedimentos para um fidalgo ter direito a títulos e postos no governo e na corte.

A 9 de outubro de 1780, a rainha assinou um alvará concedendo a graça da revisão da pena. Não foi uma decisão fácil. Ao mesmo tempo que acreditava na inocência dos Távoras, D. Maria sabia que qualquer perdão póstumo seria uma desonra à memória do pai, que havia concordado e assinado a sentença, proferida a 12 de janeiro de 1759. A rainha precisou de coragem para promulgar o alvará, que afirmava que no processo contra os Távoras «houvera não só nulidades substanciais, mas também injustiça notória, por se expenderem na mesma sentença factos, fundamentos, e provas, que não existiam no processo».<sup>6</sup>

Na ocasião da assinatura do documento, constatou-se publicamente algum desequilíbrio emocional da soberana: atirando para longe tudo o que havia sobre a mesa à sua frente, gritou que a sua alma estava condenada ao inferno e teve de ser retirada da sala de despacho, sendo levada para os seus aposentos. O seu confessor, frei Inácio de São Caetano, a quem futuramente tornaria membro do Conselho de Estado, conseguiu exercer um efeito emocional muito benéfico sobre D. Maria nesse e noutros casos.

A rainha gostava de frei Inácio, em quem também confiava, embora, como Pombal, ele fosse contrário aos jesuítas. Como seu consultor espiritual, o religioso, calmo e gentil frei, conseguiu algum controlo sobre as tendências místicas exacerbadas da rainha, chegando até mesmo a repreendê-la. Também conseguiu, por muito tempo, controlar o receio da soberana de que a alma de D. José I e a sua estivessem condenadas ao inferno devido ao processo dos Távoras.

## ENTRE O LUTO E A GLÓRIA

No início de 1781, D. Maria I perdeu a sua mais importante aliada: D. Mariana Vitória de Bourbon morreu na Real Barraca a 15 de janeiro, após receber a extrema-unção do núncio apostólico. Conforme a rainha escreveu ao seu tio, o rei Carlos III de Espanha, perder a mãe havia sido um golpe muito doloroso «porque era uma companhia preciosa de todas as maneiras».<sup>7</sup>

Seis meses depois, o luto foi suspenso para a inauguração do convento da Estrela, ligado à basílica anexa ainda em construção. A 16 de junho, toda a família real foi receber a nova abadesa e as primeiras dezasseis freiras, que chegaram num comboio de coches reais. Uma missa foi rezada perante a corte. Em seguida, foi inaugurado o refeitório, onde as freiras fizeram a sua primeira refeição — servidas, para espanto geral, pela própria rainha, numa rara quebra de protocolo.

## **AS REGRAS DE ETIQUETA DA CORTE PORTUGUESA**

D. Maria herdara uma corte engessada por regras rígidas datadas da época do seu avô, D. João V. Por exemplo, ninguém tinha autorização de se sentar enquanto a rainha estivesse no mesmo aposento; a única exceção era dada ao seu confessor. Desde os mais altos nobres do reino até aos ministros de Estado, todos tinham de cumprir este protocolo: despachavam com a rainha em pé ou ajoelhados. Muitas vezes, os cortesãos retiravam-se para se deitar no chão de algum salão ao lado antes de cair de exaustão perante a soberana. Durante as conversas ou quando jogavam, os homens podiam apoiar um joelho e, às vezes, as damas eram autorizadas a sentar-se no chão com as pernas cruzadas.

O quinto marquês de Marialva, D. Diogo José Vito de Meneses Noronha Coutinho, cujo filho desempenharia um papel importante no casamento entre a arquiduquesa Leopoldina e o neto de D. Maria I, era o cortesão favorito da soberana e recebia constantes visitas dela e da sua corte. Mas o fardo era pesado, e D. Diogo chegou a admitir que estar com os Bragança era uma servidão entediante e cansativa.

Essa confissão foi feita a William Beckford, um aristocrata inglês que viveu alguns anos fora do seu país de origem devido ao ostracismo social a que fora votado, causado pelo seu relacionamento com um rapaz. Apesar de evitado pela comunidade inglesa em Portugal, foi bem recebido por alguns nobres e aristocratas portugueses. Contudo, como o diplomata britânico em Lisboa se recusou a apresentá-lo à rainha e à família real, Beckford não podia permanecer no mesmo ambiente que eles.

# A BIOGRAFIA REVELADORA DE D. JOÃO VI, O MONARCA ESTRATEGA QUE ENFRENTOU NAPOLEÃO E MUDOU PARA SEMPRE O DESTINO DE PORTUGAL E DO BRASIL

Comia três frangos ao pequeno-almoço, adorava música sacra, acompanhava os avanços científicos – vacinou a família e os seus súbditos contra a varíola – e era conhecido como *O Clemente*, por salvar condenados à morte. Perante a ameaça das invasões francesas, transferiu a corte para o Brasil, tornando-se no primeiro e único chefe de estado a deslocar o centro do poder para uma colónia e a manter a sua coroa, quando tantos monarcas a perderam, humilhados por Napoleão.

Nesta biografia, que questiona os preconceitos de que era um monarca fraco, percebemos como D. João VI foi responsável por desenvolver a indústria e a imprensa do Brasil, ao mesmo tempo que foi um dos últimos representantes do absolutismo. Paulo Rezzutti apresenta-nos ainda um rei que queria ouvir todos nas audiências, que navegou traições familiares – muitas delas da mulher, D. Carlota Joaquina – e que, nas palavras do seu filho, D. Pedro IV, era um «amigo da paz». Um retrato surpreendente, da autoria de um investigador de grande sucesso, especialista na família real portuguesa e imperial brasileira, com mais de 500 mil livros vendidos.

«Paulo Rezzutti oferece ao leitor um exercício intelectual que alia rigor documental, espírito crítico e sensibilidade narrativa, lançando nova luz sobre a trajetória de um dos monarcas mais subestimados da história luso-brasileira. Ao empreender uma reavaliação de D. João VI, Rezzutti confronta a tradição historiográfica que, desde o século XIX, sedimentou uma imagem grotesca do rei português. [...] O autor, porém, convida o leitor a transpor o véu da caricatura para redescobrir o homem por trás do mito.»

JOSÉ ALBERTO RIBEIRO,  
Diretor do Palácio Nacional da Ajuda



Penguin  
Random House  
Grupo Editorial

[penguinlivros.pt](http://penguinlivros.pt)

  penguinlivros

ISBN: 978-989-589-869-5



9 789895 898695